



A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NAS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES

Kariny Araujo Delgado Trovo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: Este trabalho apresenta as concepções de professoras regentes e professores da SRM sobre o Atendimento Educação Especializado - AEE. Com o objetivo de compreender como ocorre a articulação entre trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado e o dos professores do ensino regular, apresenta-se uma pesquisa qualitativa, construída com utilização de material empírico, coletado em entrevistas de sete professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, e de sete regentes da sala regular da rede municipal de Corumbá (MS), que atuam no Ensino Fundamental I, e que possuem, em suas salas, alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) atendidos pelo AEE. Os resultados das análises dos dados apontaram que os professores do ensino regular e da SRM compreendem que o AEE é destinado aos alunos PAEE e tem como objetivo disponibilizar recursos e adaptações. No entanto, evidenciou-se que devido às condições de trabalho, a troca e a parceria entre eles ainda são insuficientes. Percebem a necessidade de informações e formações no contexto escolar voltados à prática colaborativa. Considera-se que é fundamental uma nova postura e modificação de concepções educacionais, para que a escola seja um espaço de diálogo entre todos e que favoreça a aprendizagem e garanta a qualidade no ensino de todos os estudantes

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado; Inclusão; Concepção.

No ano de 2007, através da Portaria nº 13 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), estabeleceu-se oficialmente o “Programa de Implantação De Sala de Recursos Multifuncionais”, a fim de apoiar o ensino comum, com recursos e materiais pedagógicos de acessibilidade para o Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas classes comuns de ensino das redes municipais, estaduais, federal e instituições especializadas, em que os alunos com tais características e estejam registrados no Censo escolar (MEC/INEP, *apud* REBELO, 2012).

Este programa foi o “carro chefe” (BUENO, 2016 p. 76) da política nacional de educação especial, visando o apoio ao aluno Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nesse contexto tem como



objetivos prover condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com suas necessidades, além de desenvolver recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2011).

Corumbá, que já era um município polo com a implantação do programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, se encarregando pela sua rede ensino municipal e por mais doze cidades (KASSAR *et al*, 2018), também adere ao novo Programa. Rebelo (2012) menciona que entre os anos de 2005 e 2011, foram contempladas seis salas de recursos multifuncionais em Corumbá, sendo duas na Rede Estadual de Ensino e quatro na Rede Municipal. Até o ano de 2021 a rede municipal de Corumbá contava com nove salas de recursos multifuncionais na zona urbana, distribuídas em seis escolas, e duas salas na zona rural, todavia na zona rural há três escolas que contam com professor itinerante.

Com o intuito de contribuir para as discussões na área da educação especial, este trabalho traz as concepções que os professores da SRM e os professores regentes têm sobre AEE e como se articulam para a realização deste. Para construção dos dados, realizamos entrevistas com 7 professores da SRM e 7 professores do ensino regular que possuem alunos do ensino fundamental I, que frequentam o atendimento na sala de recursos.

Após as análises, os resultados mostraram que na concepção dos professores regentes, deveria haver SRM em todas as escolas, para que o professor do AEE o “socorresse” sempre que fosse solicitado. Ainda que seja fundamental a existência de AEE em todas as escolas, as análises indicam que questões relativas ao aluno PAEE ainda parecem ser de competência exclusiva do professor de SRM.

Para mudança desse quadro, Braun e Vianna (2011) ressaltam a importância de um olhar diferenciado na organização de um espaço como Atendimento Educacional Especializado e afirmam que a formação continuada pode contribuir com as reflexões necessárias para o fazer pedagógico. No entanto, assinalam que nem a formação, nem o AEE preenchem lacunas diante das demandas de um “novo espaço educativo que agora as escolas devem oferecer aos alunos com especificidades em seus processos de aprendizagem”. (BRAUN; VIANNA, 2011, p. 5).

Na concepção do professor da SRM sobre o AEE, há a percepção da necessidade da inclusão no ambiente escolar, de não isolar os alunos pela forma diferente que aprendem. Para



Bourdieu (2007), existem os que são “excluídos do interior”, que mesmo estando dentro da escola regular, permanecem excluídos, num discurso democrático de igualdade para todos. Para o autor, essa exclusão muitas vezes não é evidente, visto que os alunos permanecem nas escolas; ela vai se descortinando quando a escola não garante o sucesso, nem acesso ao conhecimento a essa população. A situação dos alunos PAEE nas escolas muitas vezes assemelha-se a contextos analisados por Bourdieu.

Os professores da SRM, conforme os relatos, acreditam nas potencialidades de seus alunos e que é possível sua aprendizagem. Têm a percepção do seu compromisso, mesmo em condições inadequadas nas escolas e com demandas excessivas de atendimento.

Foram verificados, também, pontos em comum entre as concepções dos dois grupos: ambos identificam que o AEE é destinado ao PAEE e que a disponibilidade de recursos e a adaptação de atividades podem favorecer a aprendizagem. Percebem, ainda, a necessidade do trabalho entrelaçado entre os profissionais. No entanto não conseguem ampliar os recursos, metodologias e adaptações no contexto da sala de aula como benéfica a todos os alunos e não somente ao PAEE.

Os dados revelaram que os professores encontram muitas dificuldades que impossibilitam momentos de estudos, planejamento e interlocuções entre os profissionais da SRM e o professor regente, bem como as formações e elaborações das práticas articuladas, já que os horários são diferentes, a demanda de alunos de ambos é grande e a dinâmica da escola não favorece esses encontros de forma sistematizada. Além disso, é necessário definir o papel do professor da educação especial, que teoricamente é identificado por eles. No entanto, na prática desempenham outras funções que acabam por sobrecarregá-lo.

Referências

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 13**, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais". Brasília, 2007.



BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. **Educação especial e inclusão escolar**. RJ: Ed. UFFRJ, 2011.

BUENO, J. G. S. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) como Programa Nuclear das Políticas de Educação Especial para a Inclusão Escolar. **Tópicos Educacionais**, Recife, v.22, n. 1, p. 63-78, jan./jun. 2016.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; RONDON, M. M.; FILHO, J. F. R. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um município de Mato Grosso do Sul. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 38, n. 106, p. 299-313, set./dez. 2018.

REBELO, A. S. **Os impactos da política de Atendimento Educacional Especializado: análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012